

O Trabalhador

Tip. União Gráfica R. de Santa Marta, 158 — Lisboa
1 DE FEVEREIRO DE 1939

Director e Editor: Manuel da Anunciada Soares
Propriedade da Empresa da Revista Renascença, L.^{da}

Redacção e Administração: R. Capelo, 5 — 2.ª, Esq.
QUINZENARIO — Avulso \$30

N.º

Lei é esta

Na véspera da Sua Morte, como mandamento Seu à humanidade, disse aos Apóstolos: «O meu mandamento é este: que vos ameis uns a outros como Eu vos amei a

E insistiu: por uma coisa conhecedes se sois meus discípulos, isto é, se vos amardes uns aos outros.

Este mandamento de Jesus é a maior preocupação, o cuidado de todo o Seu Apostolado e o resultado da pregação de todos os Apóstolos.

É, por isso, este mandamento a essência e a base de toda a religião cristã.

Jesus tinha-o dito: «aquilo que fizerdes ao mais pequeno dos meus é Mim que o fazeis».

E, quando anunciou ao mundo de como havia de ser o julgamento final, Jesus garantiu que havia de condenar ou premiar os homens conforme tivesse sido a sua amizade, a sua dedicação para com os seus irmãos.

A lei cristã é, portanto, esta: amor. Amor dos operários para com os seus companheiros de trabalho; amor de patrões para com os seus operários e destes para com os seus patrões; amor de família para com família; de nação para com nação.

Quando vemos o desprêzo e a arrogância com que certos mestres ou patrões tratam os seus operários, não podemos deixar de nos entristecermos, porque a lei de Cristo não é compreendida nem cumprida.

Quando vemos o ódio com que certos operários olham para os seus patrões por mais indignos que sejam, a mesma tristeza nos enluta o coração, porque também eles não compreendem nem cumprem a lei de Jesus-Operário.

Há tantos erros a este respeito! A injustiça não deve ser vencida com outra injustiça, mas com a Caridade.

Se todos os operários se resolvessem a praticar o mandamento do Amor, como mudaria tudo depressa!

Amando-se uns aos outros, sacrificariam-se uns pelos outros dentro em breve, não formariam pena um todo uno e forte a impor ao Estado e ao patronato o respeito pelos seus direitos e pela sua dignidade.

Amando os seus patrões, cumprindo o seu dever no trabalho, bem depressa teriam força suficiente para reclamar justiça, sem que houvesse argumentos para lhes negar.

Implantemos, portanto, nos nossos corações a lei de Jesus e teremos vencido o mundo.

Nem se duvide desta vitória. Foi assim que os primeiros cristãos acabaram com a escravatura. Foi assim que os cristãos acabaram com a heresia.

Será assim e só assim que nós acabaremos com as injustiças sociais que tanto magoam o nosso coração de discípulos de Cristo — o Rei do Amor!

A. V.

A questão cerâmica

Da fábrica de Loíça de Sacavém recebemos uma carta louvando a nossa atitude em defesa dos operários e tornando-nos scientes do muito que a Gerência da mesma fábrica tem feito em favor dos seus operários. Lastimava-se, ao mesmo tempo, a referida Gerência da falta de protecção oficial, nos seguintes termos:

«Tendo nós reclamado, não há muito, — ao abrigo de uma lei do país e da actual situação, chamada de «condicionamento industrial» — contra um pedido de outra fábrica, de vida recente, de que resultava um alarmante excesso de produção, não foi atendida a nossa reclamação, conquanto, entre as provas que indicámos de já haver excesso de produção apresentásemos a de que estávamos fazendo uma exportação do nosso excedente para Marrócos, sem qualquer lucro, só para não despedir pessoal ou reduzir a semana de trabalho.»

O resultado desse aumento e a prova intuitiva da verdade com que falávamos, pode qualquer verificação nos grandes «stock» que temos em armazém e nos que tem a referida fábrica, ao que nos informam. E acresce que se faz uma concorrência desordenada e perigosa — precisamente o que a lei do condicionamento industrial se propoz evitar — à custa de salários miseráveis.

Não cremos que esta carta tivesse sido escrita no ideio de ser dada à publicidade.

Na defesa dos operários, julgamos, porém, que não cometemos um abuso, deixando-a arquivada nas nossas colunas.

É verdade o que alega a Fábrica de Loíça de Sacavém, L.^{da}?

Foi o que nós tratamos de investigar, chegando à conclusão de que lhe assiste caradas de razão e de que é urgente meter por outros caminhos. Ora vamos lá ver. 1.º Desde Agosto de 1937 que a Comissão Organizadora do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Cerâmica vem lutando contra a má vontade da maioria dos patrões, a fim de fazer agrupar os trabalhadores da cerâmica. O principal opositor é a C.^{da} das F. Cerâmicas Lusitânia, do Arco do Cego, cujos operários chegaram a ser ameaçados com o desemprego, se se filiassem no Sindicato.

Porquê isto? Porque nunca essa fábrica

deu férias ao seu pessoal, porque não respeita o horário de trabalho, porque não paga o que figura nas folhas de férias, porque não paga as horas extraordinárias como manda a lei, embora descontasse os 2% para o desemprego, etc.

Além disso, desconta aos operários, que trabalham por empreitada, todas as peças que, depois de cozidas, não saem perfectas e obriga a trabalhar em condições de tal violência que arruina a saúde dos operários. Etc., etc.

2.º A Firma Dios Coelho de Marvila procede da mesma maneira e, por isso também, se opõe à constituição do Sindicato e à inscrição dos seus operários no mesmo.

3.º Na C.^{da} Cerâmica das Telheiras e na Cerâmica de Malique, os operários trabalham em recintos descobertos enterrados em lama, sem condições nenhuma de salubridade. Os salários são tão baixos que alguns operários não chegam ao recinto da fábrica, por não terem roupas que vestir em condições de virem à rua. Dormem em cima dos fornos, sobre umas tábuas, pagando pelo... «quarto» (!) um pequeno aluguer ao patrão.

Sabemos que o Sindicato reclamou à Inspecção Geral dos Industriais e à Direcção Geral da Saúde, mas nenhuma destas repartições se dignou perder tempo com tão pouca coisa.

Estes abusos, estes baixos salários, estas explorações são as tais coisas que levam à concorrência desregada e à fatal diminuição dos salários nas outras fábricas, para se poderem aguentar no balançaço.

A fábrica de Loíça de Sacavém paga salários que, em média, são mais altos 60%; além de realizar uma obra social digna do nosso aplauso.

Podemos também enumerar entre as fábricas, que cumprem os seus deveres, a da Vista Alegre, a Fábrica Carvalhinho, a Electro Cerâmica e poucas mais.

Bastavam, porém, as que acima referimos, para, escravizando o trabalho, desorganizarem a produção.

Contra estes abusos protestamos energeticamente, dando os nossos maiores elogios a aquellas fábricas que o sabem ser.

Lastimamos apenas que o Estado não tenha usado de medidas energicas para castigar quem tanto abusa do trabalho alheio.

A CARRIS E O PÚBLICO

Com a devida vénia, transcrevemos de «O Século» o trecho seguinte que inteiramente aplaudimos, fazendo nossos os alvites do grande diário:

A darem-nos a consuleira certa de que não pregamos no deserto escreviam-nos alguns leitores, apoiando a validade de passagens que se precipita nos carros eléctricos e se empurra e acotovelava, «num desrespeito manifesto pelos direitos adquiridos pelas pessoas que estão à frente. Um desses leitores, pessoa viajada, esclareceu-nos que a caixa que se fizeram referência, e que existe em Paris e Londres, não é para venda de bilhetes mas apenas para fornecer números de ordem. O passageiro chega à paragem, puxa o papeteinho correspondente à sua altura e tem a certeza de entrar no carro sem ser atropelado por uma multidão de egoístas. Quere-nos parecer que este simpático processo não seria de difícil adopção entre nós e que a Companhia Carris de Ferro prestaria um bom serviço aos lisboetas importando as máquinas caixinhas — se é que elas não poderão ser fabricadas nas suas magnificas officinas, servidas por óptimos operários portugueses.

E, já que falámos nos carros eléctricos seja-nos permitido lembrar ao respectivo conselho de administração que seria da máxima conveniência para o público — e igualmente para os interesses da Com-

panhia — instituir bilhetes de assinatura para as diferentes carreiras e não só para a sua rede geral. Presentemente o assinante paga por semestre, e por umas centenas de escudos, o direito de utilizar-se dos «eléctricos» em toda a rede. A verdade, porém é que a pouca gente interessa não ampla direito. A Carris tem carreiras distintas, como Rossio-Paço do Bispo, Rossio-Algés, Restaurantes-Lumiar, Rossio-Estrela, etc. A grande maioria dos passageiros só pode interessar o trecho da rede compreendido entre a residência e o local onde exerce a sua actividade, geralmente na Baixa. De que serve pois, o direito de utilizar-se de toda a rede, se não a utiliza senão em parte? Nestas condições, se a Carris criasse um novo sistema de assinaturas, nas diferentes carreiras que explora, o seu preço seria infinitamente mais barato, acessível a toda a gente e, portanto, benéfico para o público e para ela. Os bilhetes, em cartão de várias cores apenas seriam válidos nas carreiras respectivas e facilmente fiscalizáveis.

Com estes dois melhoramentos, a Carris de Ferro conquistaria mais um justo motivo de agradecimento da população de Lisboa. E ela, de resto, bem mereceria todas as atenções da Carris. — M. R.

Este número foi visado pela Comissão de Censura.

Instantâneos

Na fábrica da Goia os operários estão tão industrializados que não confessam o que nela se passa.

No entanto, têm operários tão hábeis que trabalham com 3 teares de um metro e oitenta e, ao mesmo tempo, tão sábrios que se contentam com 25\$00 a 40\$00 por 6 dias de trabalho.

A fábrica trabalha sempre, mas a folha de férias e os talões respectivos usam apenas 4 dias de trabalho... para cumprir o despacho sobre salários mínimos! Dizem que não trabalha mais por... falta de algodão!! Fantástico!

A fábrica do Ferro despediu, há meses, um operário que era o Presidente do Sindicato.

Causos? — Nenhumas. E tanto os não tinha que lhe pagou o tempo de aviso prévio, a que só se é obrigado quando o despedimento é feito sem causa.

Mas sem causa não se despede. E a causa foi ser êle o Presidente do Sindicato.

O Delegado do I. N. T. P. fez o que pôde para que o referido operário fosse readmitido.

Em «vão!»

O Trabalhadora fez também o que pôde com o mesmo fim.

Em «vão!»

Consta agora que será readmitido, se deixar de ser Presidente do Sindicato.

Perfeito!

Mas há mais.

Satisfeito com dar o golpe ao Presidente, era preciso liquidar o Tesoureiro.

Chama-se o médico da fábrica e descobre-se o processo. Um officio a accusá-lo de perigoso para a situação.

Deu resultado.

Tudo isto é verdade e tanto vale dizer-lo aqui como noutra parte mais pública.

O Estado precisa de reagir!

A fábrica a que nos referimos no número passado e que despediu um joicista, até que êle conseguisse um desmentido à verdade conhecida por tal é a «Empresa Fabril de Lordélio» (S.^{ta} Tirsio).

Tudo continua na mesma.

Mas não foi despedido só êste joicista. Antes dêle, e por terem dito a verdade aos fiscaes, já tinham sido despedidos dois.

Entretanto, o gerente da Fábrica vai insultando os padres...

Concluídos?

Não precisamos nós de as tirar. Os operários que denunciaram o joicista devem estar a estas horas a comer ananão pão.

Honra aos mártires da Verdade. «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justica, porque êles serão saciados», é a promessa divina!

O sistema pegou. Têm os operários de tirar o salário mínimo. Mas os tabelas estão de forma a não o tirarem. Que se fez? Vai-se pelos teares perguntar quantos dias cada operário tem.

Estes, ameaçados de despedimento se não tirarem o salário mínimo, calculam o trabalho realizado e reduzem os dias para que condigam com a produção. Assim, se vêem que o tear não rendeu 54\$00, dizem que trabalham 5, 4 ou 3 dias...

Na Louã, quis o Delegado do T. P., na perfeita compreensão do deveres, pôr o descanso semanal em minga.

Logo se levantaram clamores: quem... não precisa do descanso, não ser operário, porque descansam quando lhe apetece.

Os empregados e os operários, querem o descanso semanal ao go. Mas ninguém os convidou para fazer parte das tais comissões. tanto, vai-se afirmando que o dia de semana é feito também em be-dêles.

Há muito pouca vergonha no e muita falta de consciência!

Procuração dos operários e dos gados temo-la nós. Falamos pedêles. A quem não acreditar, nós o mos para mostrar, no nosso arquivo, êles dizem.

Haja respeito pelos que traballam!

Formidável! Querem ver? E di-mo género.

Bragança sempre teve o descanso domingo.

Pois agora lembram-se uns de outros — que nem judeus devem ser — querem o descanso à 2.ª feira — clamam contra o descanso ao do.

E sabem que argumentos apres-Entre outros, um argumento dem... religioso. É em beneficio ligião!

Nós não acreditaríamos, se nos semos isto com os nossos próprios, depois de bem esfregados. Mas a ligião é a dêles?

Fantástico! Fantástico! Fantástico! Bem haja o Delegado do I. N. em se ter oposto terminantes ôquilo!

Consta-nos que a casa bancada pertine de Miranda & C.^{da}, reitu véspera do Natal, os seus empregados e João Idefonso Bordalram um pequeno discurso em que traram a sua satisfação pelo 1.º dos seus empregados e que iriam aumentados de ordenado, talvez al estipulados no contrato colectivo, centaram que desejavam que v todos — patrões e operários — uma familia, em que se traballou comum acôrdo para engrandecim a sua casa e para garantia do fut todos.

Mais nos informam de que os trataram os operários como «cadores e amigos».

Se é verdade o que nos ini-perteito, sim senhor! Que Deus o sêe.

A C. A. P. I., distribuiu pelos muito dinheiro.

Afinal, pelo menos muitos fre-só receberam 19\$50 para distrib pelos seus pobres.

Para isto, não valeria a pena traballho.

Ficaram todos na mesma porq gumos freguesias, nem sequer para comprar um pão de \$20 pobre.

Há mas é que mudar de rumo-tamos informados de que o gov-estô disso convencido.

Muitos operários nos têm e pedir que lhe arrangemos empêo. É penoso afirmá-lo, mas isso que difficilmente poderemos fazê.

Há tantos desempregados em l-que o melhor é não virer para o. Esperemos que êste ano as c-modifiquem favoravelmente e h-traballho, mais pão e mais just

(Continua na 2.ª pág.)